

E-050



**UFRJ**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

# CONCURSO PÚBLICO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

### FONOAUDIÓLOGO

**Duração:** 5h (cinco horas)  
**Leia atentamente as instruções a seguir:**

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas  
**“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”**

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:  A  B  C  D  E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

## CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

## CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecorrível
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advinha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

**16.** Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

**17.** A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

**18.** O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas censurar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

**19.** O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

**20.** A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

**21.** A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

**22.** A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

**23.** De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

**24.** O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma “Respeitosamente”
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”

## CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

**25.** Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

**26.** Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na “Faixa de Opções”, ao pressionar a guia “Revisão”, na “Barra de Menu”. A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no *software Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5			<b>LICITAÇÃO - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS</b>				
6	COD	DESCRIÇÃO	FORNECEDORES - PREÇO TOTAL			MENOR	FORNECEDOR
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2
11			<b>TOTAL DA LICITAÇÃO =</b>			<b>R\$5.795,00</b>	
12							

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função **MENOR** para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função **SE**, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza um *notebook Intel* com *Windows 11 BR* (x64). Nesse *browser*, o atalho de teclado Ctrl + D é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede WAN. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

- I. um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- II. um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- III. Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. "Linguagem é a função cerebral que utiliza elementos verbais, orais e gráficos para a comunicação humana" (Ortiz, 2010, p. 1). A partir disso, no que diz respeito ao processamento da compreensão verbal oral, pode-se afirmar que:

- A) os sons da fala são analisados exclusivamente no lobo frontal
- B) o processamento ocorre independentemente da área de Wernicke
- C) o significado é alcançado por meio de uma entrada puramente visual
- D) a área de Broca atua de forma isolada, sem dependência de aspectos sintáticos
- E) a mensagem atinge o nível léxico-semântico após análise acústica e fonêmica no lobo temporal

32. "A área de Wernicke é um processador da forma das palavras, independentemente de sua representação sensorial" (ORTIZ, 2010, p. 3). Nesse sentido, essa área coordena a interação entre as palavras e o(a):

- A) significado semântico
- B) percepção olfativa imediata
- C) execução motora da marcha
- D) regulação do tônus muscular global
- E) processamento visual primário das cores

33. "A afasia pode ser definida como uma alteração no conteúdo, na forma e no uso da linguagem e de seus processos cognitivos subjacentes" (Ortiz, 2010, p. 49). A classificação clínica tradicional das afasias baseia-se no desempenho em variáveis fundamentais, tais como:

- A) nível de consciência e Glasgow
- B) percepção visual de cores e formas
- C) força muscular e reflexos profundos
- D) capacidade de leitura e escrita silábica
- E) linguagem espontânea, compreensão, repetição e nomeação

**34.** Há três mecanismos dos quais podem resultar a anomia: dificuldade em iniciar a articulação, deficiência no acesso lexical ou *déficit* semântico. No que diz respeito ao déficit semântico, pode-se assumir que o(a):

- A) repetição está sempre preservada e sem erros
- B) fala é fluente, mas desprovida de verbos de ação
- C) comprometimento é restrito a palavras de classe fechada
- D) paciente nomeia corretamente, mas não reconhece o objeto
- E) paciente não nomeia nem aponta um objeto cujo nome lhe é fornecido

**35.** Acerca da intervenção fonoaudiológica em pacientes afásicos, um dos princípios importantes para o tratamento de reabilitação é:

- A) evitar qualquer tipo de *feedback* visual durante as sessões
- B) focar exclusivamente na escrita, ignorando a linguagem oral
- C) forçar o paciente a dar respostas corretas sob pressão temporal
- D) usar, de maneira intensiva, a estimulação auditiva para eliciar a linguagem
- E) atuar como um professor, ensinando sons e regras gramaticais isoladas

**36.** A dislexia de superfície é caracterizada pela perturbação da rota lexical. Um sinal típico dessa dislexia na leitura é a(o):

- A) incapacidade total de ler não palavras
- B) preservação apenas da leitura de nomes próprios
- C) mutismo completo diante de qualquer estímulo gráfico
- D) regularização de palavras irregulares (ex: ler /pizza/ para "pizza")
- E) ocorrência frequente de paralexias semânticas (ex: ler /cadeira/ para "mesa")

**37.** A fonoaudiologia em Motricidade Orofacial (MO) é baseada na realização de exercícios, principalmente isotônicos e isométricos, em associação ao trabalho com as funções orofaciais alteradas e a conscientização do paciente (Marchesan *in* Klein *et al.*, 2013). À vista disso, pode-se afirmar que, diante de um insucesso terapêutico em que a forma anatômica impede a função, a conduta correta é:

- A) ignorar as alterações oclusais e de frênulo, focando apenas no treino de repetição de fonemas
- B) atribuir a culpa do insucesso exclusivamente à falta de colaboração da família do paciente
- C) manter o plano terapêutico de exercícios por tempo indeterminado até a exaustão muscular
- D) substituir o trabalho funcional por atividades puramente lúdicas, sem objetivos terapêuticos definidos
- E) identificar e solicitar a remoção de empecilhos mecânicos (como anquiloglossia ou hipertrofia de amígdalas) antes de prosseguir com a reabilitação funcional

**38.** No que concerne à avaliação do frênulo lingual e seu impacto na fala, a anquiloglossia (língua presa) pode distorcer a produção de grupos consonantais que exigem precisão na elevação da língua, tais como os(as):

- A) grupos bilabiais /p/ e /b/
- B) vogais abertas /a/ e /e/
- C) cliques estalados labiais
- D) grupos consonantais /tr/ e /dr/
- E) sons puramente nasais, como /m/ e /n/

**39.** Deglutar é uma sequência motora extremamente complexa, que envolve a coordenação de um grande número de músculos da boca, faringe, laringe e esôfago. A principal finalidade funcional da deglutição é o(a):

- A) trituração mecânica exclusiva do alimento na cavidade oral
- B) regulação do fluxo salivar e secreção gástrica durante a fala
- C) produção de sons da fala por meio do trânsito do bolo alimentar
- D) resfriamento do ar inspirado para proteção do epitélio pulmonar
- E) transporte de material da cavidade oral ao estômago sem permitir a entrada na via aérea

**40.** Durante a fase faríngea, a proteção da via aérea ocorre por meio de quatro eventos associados. Um desses eventos é a:

- A) abdução das pregas vocais para permitir a oxigenação
- B) depressão da laringe em direção à região inferior do tórax
- C) inclinação da epiglote para cima e para frente, em direção à língua
- D) abertura do palato mole para a comunicação com a nasofaringe
- E) adução das pregas vocais associada à aproximação horizontal das cartilagens aritenóides

**41.** No que concere à fisiologia do Esfíncter Esofágico Superior (EES), pode-se afirmar que a abertura desse esfíncter, durante a deglutição, ocorre por:

- A) forças de tração na sua parede anterior exercidas pela contração dos músculos supra e infra-hióideos
- B) fechamento reflexo das pregas vocais que empurra o esfíncter para trás
- C) pressão passiva resultante exclusivamente da gravidade e do peso do bolo
- D) relaxamento do palato mole que libera a pressão negativa intratorácica
- E) contração tônica isolada e contínua do músculo cricofaríngeo

**42.** Durante a deglutição, a elevação anterior e superior da laringe é realizada, fundamentalmente, pela contração dos músculos:

- A) trapézio e esternocleidomastóideo
- B) milo-hióideo, gênio-hióideo e digástrico
- C) masseter, temporal e pterigóideo medial
- D) constritor superior da faringe e bucinador
- E) longitudinal superior e transverso da língua

**43.** A conduta de "aguardar e observar" (*wait and see*) o desenvolvimento linguístico, mesmo quando há queixa familiar ou escolar, hoje em dia, ainda é adotada por alguns profissionais. Sob a ótica da prática baseada em evidências, tal conduta:

- A) é a mais indicada para evitar o estresse familiar e diagnósticos precipitados em bebês
- B) possui robusta justificativa empírica na literatura fonoaudiológica internacional
- C) deve ser a diretriz padrão para crianças provenientes de contextos de vulnerabilidade social
- D) retarda a identificação de crianças que necessitam de intervenção precoce e carece de suporte científico
- E) é recomendada pela Academia Americana de Pediatria para todos os casos de atraso fonológico isolado

**44.** O diagnóstico precoce, integrado à equipe interdisciplinar e à família, é essencial para um prognóstico favorável. Com base nisso, o principal fundamento neurobiológico que justifica a urgência da intervenção precoce nos transtornos do neurodesenvolvimento é o(a):

- A) consolidação definitiva e irreversível das sinapses motoras aos seis meses de vida
- B) ausência completa de marcos de desenvolvimento típicos durante o primeiro ano de vida
- C) impossibilidade de realizar diagnósticos diferenciais após os 24 meses de idade cronológica
- D) fechamento total das janelas de aprendizado léxico-semântico ao final do período neonatal
- E) período de plasticidade cerebral, que permite minimizar efeitos de alterações e estimular potencialidades

**45.** O fonoaudiólogo lança mão de diferentes instrumentos ao longo do processo de avaliação e intervenção precoce. Os instrumentos de triagem (*screening*) caracterizam-se por:

- A) ser de aplicação rápida, visando a distinguir entre desenvolvimento típico e risco de alteração
- B) dispensar qualquer tipo de normatização ou adaptação para a realidade cultural brasileira
- C) ser voltados unicamente para o monitoramento de pacientes já em alta fonoaudiológica
- D) possuir uma vasta quantidade de itens para um diagnóstico fidedigno e final
- E) exigir, obrigatoriamente, a aplicação exclusiva por médicos neuropediatras

**46.** A Triagem Auditiva Neonatal (TAN) visa à identificação precoce de alterações auditivas que podem comprometer o desenvolvimento da linguagem. Em recém-nascidos sem Indicadores de Risco para a Deficiência Auditiva (IRDA), a técnica de escolha inicial recomendada é:

- A) o Reflexo Acústico Contralateral em frequências agudas
- B) a Imitanciometria com sonda de 226 Hz, exclusivamente
- C) as Emissões Otoacústicas Evocadas por Estímulo Transiente (EOET)
- D) o Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (PEATE-Automático), apenas
- E) a Audiometria de Observação Comportamental com instrumentos sonoros

**47.** A avaliação audiológica infantil exige métodos que considerem o desenvolvimento neuromotor e cognitivo da criança (Pernambuco; Assenço, 2023). Para crianças na faixa etária entre 6 meses e 2 anos, a técnica de avaliação padrão-ouro é a:

- A) Audiometria de Reforço Visual (VRA)
- B) Logoaudiometria com lista de monossílabos escritos
- C) Audiometria Lúdica Condicionada (colocar peças no encaixe)
- D) Audiometria Tonal Liminar Convencional (uso de fones e levantar a mão)
- E) Pesquisa de Limiar de Reconhecimento de Fala (SRT) por repetição de palavras

**48.** A imitanciometria fornece informações objetivas sobre a integridade e o funcionamento do sistema tímpano-ossicular. Um timpanograma do Tipo C, caracterizado por um pico de máxima compliância deslocado para pressões negativas (abaixo de -100 daPa), é indicativo de:

- A) rigidez da cadeia ossicular ou otosclerose
- B) normalidade absoluta do sistema de orelha média
- C) disfunção tubária ou início/resolução de otite média
- D) presença de líquido na orelha média (otite média serosa)
- E) desarticulação da cadeia ossicular ou flacidez da membrana

**49.** O mascaramento é o procedimento utilizado para eliminar a participação da orelha não testada durante a avaliação auditiva (Pernambuco; Assenço, 2023). O uso de mascaramento na via óssea é mandatório sempre que:

- A) houver diferença (*gap*) aéreo-ósseo maior que 10 dB na mesma orelha
- B) a via aérea da orelha não testada for simétrica à orelha testada
- C) o limiar de via aérea da orelha testada for maior que 40 dB
- D) o paciente relatar zumbido pulsátil unilateral
- E) a orelha melhor apresentar audição normal

**50.** No processo de senescência, as modificações estruturais, morfológicas e bioquímicas do sistema estomatognático podem tornar a deglutição mais lenta e dificultosa, caracterizando a presbifagia. Diante do exposto, pode-se confirmar que, na atuação fonoaudiológica preventiva junto à população idosa o(a):

- A) uso prolongado de medicamentos neurolépticos e benzodiazepínicos é recomendado preventivamente para melhorar a coordenação motora e o nível de consciência durante as refeições
- B) ocorrência de múltiplas deglutições para um mesmo bolo alimentar deve ser interpretada exclusivamente como um marcador de senilidade patológica (doença), dissociada do envelhecimento natural
- C) inversão da epiglote no idoso torna-se mais rápida e vigorosa devido à calcificação das cartilagens laríngeas, garantindo o fechamento total do vestíbulo laríngeo
- D) aumento fisiológico da velocidade peristáltica na orofaringe e no esôfago durante a terceira idade atua como um fator de proteção contra o refluxo gastroesofágico e a aspiração
- E) adaptação alimentar espontânea, na qual o idoso altera consistências de forma assintomática, pode mascarar riscos de aspiração silenciosa, retardando o diagnóstico preventivo até o surgimento de complicações sistêmicas

## PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

### Orientações:

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **3 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando a resposta incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **10 (dez) pontos**.

### QUESTÃO N.º 1

Segundo as diretrizes atuais para a triagem auditiva neonatal, recém-nascidos com permanência em UTI neonatal por mais de 5 dias apresentam indicadores de risco que demandam uma avaliação da via auditiva além da cóclea. Com base nisso, justifique a indicação do PEATE-Automático em detrimento do uso isolado das Emissões Otoacústicas (EOA) como triagem inicial para esse público. Aborde, obrigatoriamente, a possibilidade de ocorrência de Neuropatia Auditiva e as implicações clínicas de um resultado falso-negativo nas EOA.

### QUESTÃO N.º 2

Uma paciente de 68 anos, com perfil ativo e saudável, busca atendimento fonoaudiológico queixando-se de episódios ocasionais de tosse durante as refeições. O quadro sugere uma transição entre a presbifagia e uma possível disfagia leve. Considerando a fisiologia do envelhecimento e a atuação fonoaudiológica preventiva e terapêutica, descreva o planejamento de intervenção para esse caso. Para tanto, contemple (a) as modalidades de terapia (direta e indireta); (b) o gerenciamento do bolo alimentar (controle, força e ejeção); (c) a aplicabilidade de manobras; e (d) a relevância dos aspectos sensório-cognitivos na manutenção da segurança alimentar.

### QUESTÃO N.º 3

Um recém-nascido (RN) com 17 dias de vida apresenta dificuldade na amamentação. A mãe relata mamilos planos e feridos, dor intensa e desejo de interromper o aleitamento. Ao exame, observa-se que, durante o choro, a língua do RN assume formato de "coração". Diante desse quadro clínico, descreva a conduta fonoaudiológica imediata e o fluxo de encaminhamento. Disserte, também, sobre a importância da atuação fonoaudiológica na reabilitação após a realização da intervenção cirúrgica.

**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1**  
**MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO

**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2**  
**MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1	
5	
10	
15	
20	

**RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 3**  
**MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS**

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO